

Governo Bolsonaro, instituições de Estado, sociedade civil e desafios para uma oposição sólida a partir de um novo projeto de desenvolvimento nacional.

Edilson José Gracioli<sup>1</sup>

Na esteira da teoria ampliada de Estado em Gramsci, entendo que o terreno em que prosperou a vitória eleitoral do então candidato pelo PSL (Partido Social Liberal), Jair Messias Bolsonaro, foi, antes de qualquer outra dimensão, o da sociedade civil.

O balanço sobre as determinações que confluíram para a conjuntura que, de certa forma, se iniciou em 2013 e cujos frutos mais amargos são experimentados neste primeiro ano de 2019, certamente requererá esforço, contribuições e espaço muito superiores ao que de imediato se apresentam neste veículo. Não obstante, é preciso indicar, ainda que resumidamente, algumas dessas circunstâncias que se adensaram nos últimos seis ou sete anos.

Mesmo após a crise da Ação Penal 470 – chamada pelos meios de comunicação social e por adversários políticos do governo Lula de “mensalão” -, Lula saiu muito fortalecido para a disputa que lhe deu o segundo mandato. Aquele foi o momento adequado para uma proposta de reforma política que enfrentasse os grandes gargalos do sistema político brasileiro (fragilidade da fidelidade partidária, voto em lista aberta, e não fechada, dos partidos políticos, proliferação de legendas de aluguel travestidas de partidos políticos). Nada se fez quanto a isso.

As próprias políticas sociais levadas a termo pelos governos petistas e de seus aliados (recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, REUNI, PROUNI) não foram evidenciadas e consolidadas junto aos segmentos sociais atendidos como conquistas estabelecidas por políticas governamentais.

Se, é forçoso reconhecer, houve diminuição da pobreza (os indicadores socioeconômicos quanto a isto são irrefutáveis), o mesmo não se verificou no que

---

<sup>1</sup> Professor de Ciência Política e Sociologia na Universidade Federal de Uberlândia; presidente do Comitê Municipal Uberlândia do PCdoB e membro do Comitê Estadual do PCdoB. Contato: [edilsongracioli@gmail.com](mailto:edilsongracioli@gmail.com) .

concerne à concentração de renda e de riqueza, que continuaram até mesmo se exacerbando. O sintoma disso é que a chamada franja da pirâmide socioeconômica teve, de alguma forma, recuperação em seu poder aquisitivo, mas o mesmo não se verificou para o conjunto dos assalariados, notadamente para aquelas funções sociais do trabalho socialmente combinado desempenhadas pela classe média ou para as quais eram exigidas qualificação diferenciada. Por outro lado, o “andar de cima” (expressão que busca designar os 5% de maior renda mensal e, mais ainda, os 1% sob tal critério) ampliou ainda mais sua participação na apropriação do PIB nacional, com a agravante de expansão do poder econômico do capital financeiro e redução da indústria no PIB.

Para a sucessão de 2010, Lula e o núcleo lulista no PT preferiram o nome de Dilma Rousseff, em detrimento de alternativas, como Ciro Gomes, que vinha sendo cogitado como o principal nome a liderar um projeto mais robusto em defesa do desenvolvimento e da soberania nacionais. Lula optou, a rigor, por um nome que não representasse riscos ao exclusivismo eleitoral pretendido pelo PT no campo da esquerda.

A crise econômica que se estabeleceu ainda em meado do primeiro governo Dilma não pode ser negligenciada se se quiser compreender o que se deu no plano social mais geral. Erros na política cambial, frustrações junto aos segmentos do empresariado que ampliaram, ainda que insuficientemente, a capacidade produtiva por meio de investimento em capital fixo, timidez no enfrentamento dos interesses do capital especulativo, tudo isso impactou a economia e as bases materiais até mesmo para a continuidade ou ampliação das políticas sociais tão importantes nos governos liderados pelo PT sofrerem um duro golpe. Ainda nesta dimensão, a queda nos preços das *commodities* e a atrofia quanto a um projeto de desenvolvimento e soberania nacionais cumpriram igualmente papel decisivo na corrosão da base social e parlamentar de apoio ao governo.

Junho de 2013 – equivocadamente saudado por setores da própria esquerda, que viram naquelas manifestações uma espécie de “primavera árabe”, ou de antessala do socialismo – trouxe à luz do dia um conjunto expressivo de visões de mundo e correlatas práticas políticas de graves e relevantes contornos para o que hoje vivemos, dos quais destaco:

1. Ideologia antipartidária, como parte da criminalização da política e, em particular, dos partidos e movimentos de esquerda, todos vistos como comunistas. O anticomunismo voltou com muita força à cena política.
2. Ascensão de um nacionalismo de contornos fascistas, de que eram demonstrações o ódio de classes e contra trabalhadores urbanos sem teto, lideranças de trabalhadores do campo, população LGBT, discursos misóginos, apologia da violência.
3. Fundamentalismo religioso com inequívoca pretensão teocrática.
4. Questionamento retórico e prático contra serviços públicos, não sem algum lastro em face das deficiências destes, notadamente em saúde, transporte urbano, segurança pública e educação...
5. Apologia do combate à corrupção, ensejando o que podemos denominar de Partido da Lavajato, cuja trajetória foi enormemente facilitada pelo republicanismo ingênuo dos próprios governos petistas que permitiu o exponencial crescimento do ativismo político do Judiciário e principalmente do Ministério Público e Polícia Federal.

A antessala do ilegítimo, porque carente de fundamento jurídico, processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff estava configurada. Mas somente com a perda crescente de base parlamentar e com as ações conspiratórias de Michel Temer (vice-presidente, mas, fundamentalmente, porta-voz do projeto “Ponte para o futuro”) e Eduardo Cunha (presidente, à época, da Câmara Federal e que acolheu um, dentre vários apresentados naquela legislatura, pedido de abertura do *impeachment* de Dilma Rousseff) é que se avançou para o que podemos caracterizar como golpe parlamentar, jurídico e midiático que levou Temer à presidência.

As revelações feitas pelo *The Intercept Brasil* acerca dos vazamentos da Lavajato (“Vazajato”) evidenciam, de forma contundente, como essa operação atuou e influenciou o processo eleitoral em 2018, de que fizeram parte as arbitrárias condenação e prisão do ex-presidente Lula.

Não obstante, há de se lembrar de que Sérgio Moro, Deltan Dallagnol e a “república do PR” (com sucursal no TRF-4, no RS) não pairaram no ar. A campanha difamatória e a pecha de corrupção sobre o PT e sobre outros partidos da esquerda

foram eficazes e capilarizaram na sociedade civil o sentimento antipetista, que só não foi adequadamente considerado pelo PT e pelo núcleo lulista no partido.

O crescimento nesse terreno (sociedade civil) de tendências como fundamentalismo religioso teocrático, adesão - sempre parcial, por suposto - até de camadas populares a teses neoliberais (redução do Estado, privatizações de unidades produtivas estatais e serviços públicos, reforma trabalhista e reforma previdenciária) pavimentou a direção moral, intelectual e política que culminou com a vitória de Bolsonaro e o apoio, no parlamento e mesmo junto a amplos setores da sociedade civil, a uma agenda regressiva de direitos, entreguista e servilista ao imperialismo, de afronta da democracia e de grave comprometimento da perspectiva de desenvolvimento econômico.

Foram necessários poucos meses para que a popularidade do governo Bolsonaro começasse a despencar. Suas ações na economia, relações internacionais, direitos políticos, imprensa, repressão e tantas formas de arbitrariedade, além dos fortes indícios de envolvimento do clã Bolsonaro com milícias, tudo isso corroe rapidamente parte do apoio que teve nas urnas. Talvez, hoje, algo próximo a 20% ou 25% do eleitorado se mantenha fiel ao presidente da República, que mais governa como se fosse um déspota, certamente nada esclarecido.

No entanto, essa queda de popularidade foi estancada a partir da correta e justa, ainda que precária<sup>2</sup>, saída da prisão do ex-presidente Lula. A polarização estabelecida a partir de então antecipa a sucessão em 2022, novamente pretendida pelos dois polos como uma disputa do bem contra o mal (claro, com sinais trocados, dependendo do lugar que se ocupe no espectro político desse maniqueísmo). Porém, o grande desdobramento dessa polarização é o ofuscamento do necessário debate político sobre muitos aspectos que, no plano imediato, antes de 2022, mas também com repercussões a médio e longo prazos, há de ser feito, precisamente acerca de um novo projeto nacional de desenvolvimento.

---

<sup>2</sup> Caracterizo como precária essa soltura de Lula em razão de os processos a que respondm ainda tramitarem, ao passo que deveriam ser anulados, em função dos vícios processuais e da parcialidade de quem os presidiu.

A agenda do lulismo compromete esse debate político, obsta a consolidação de uma frente ampla e democrática em defesa da democracia, do desenvolvimento, da nação e de direitos sociais e políticos.

Há forças políticas que veem em Lula um carro-chefe para as eleições de 2020 e 2022. De fato, Lula o é. Mas, a que preço, ainda mais considerando que permanece inelegível e fragilizado em face de processos ainda em curso e que, a se levar em conta a recente decisão quanto ao sítio em Atibaia, tendem a reiterar sentenças de condenação como seu desfecho?

Para além disso, por que a esquerda e, muito mais do que ela, setores democráticos, progressistas e até liberais (estes, evidentemente, confluem com a pauta econômica de Paulo Guedes, mas mantêm-se distantes dos objetivos fascistas e de criminalização da política que o governo Bolsonaro representa e quer implementar) deveriam ter no centro de suas articulações a agenda lulista? Ledo engano.

PT e PSOL até falam em unidade da esquerda, mas entendem como núcleo disso o protagonismo (exclusivismo eleitoral) de Lula para as eleições de 2022. Outro brutal equívoco.

O PT, Lula e outras forças em torno deles repetirão o erro de 2018, quando se insistiu que Lula seria candidato e, depois, seu nome foi substituído por um que se prestou a esse papel?

Há um amplo campo no eleitorado a ser disputado e que não se alinha nem com Bolsonaro, nem com Lula. A polarização que se assiste, neste momento, interessa apenas aos dois polos. Uma frente ampla que se oriente pela sagacidade e tenha em seu centro político um projeto como o que aqui preconizei haverá de superar essa circunstância, sob pena de se assistir, também em 2022, uma derrota, quem sabe ainda mais difícil que a de quatro anos atrás.